

PROCESSO CIVILIZADOR CAPITALISTA E TRADUÇÃO NAS CIDADES DO CEARÁ (1860-1930): AGENTES E COISAS¹

Por Antônio de Pádua Santiago de Freitas²

Introdução

A cultura material tem um recorte temporal e espacial. Por isso, no nosso trabalho, entenderemos cultura material ligada ao que denominamos de tradução do processo civilizador capitalista da segunda europeização no Ceará, entre os anos de 1860 e 1930. Trata-se, portanto, quando falamos de segunda europeização, dos encontros culturais entre os agentes europeus e os agentes locais da tradução daquele processo civilizador capitalista no Ceará. Encontros mediados pelas sociabilidades que as coisas propiciam. Três aspectos nos parecem importantes para apreendermos a tradução do processo civilizador capitalista, do ponto de vista da cultura material: as empresas, e as coisas mediadoras dos encontros culturais; e os homens que, com suas relações, tanto materiais como afetivas, vão tecendo a paisagem específica do processo civilizador capitalista no Ceará. O que chamamos de tradução da civilização.

A definição de cultura material aqui é compreendida a partir da relação entre seu papel de consumo, função sógnica e a produção social dos indivíduos. Nessa perspectiva, que é também a de Marcelo Rede, “a cultura material é equacionada a um sistema de comunicação por meio do qual as sociedades criam e expressam conteúdos discursivos de modo semelhante ao que ocorre com os códigos verbais” (REDE: 2012, p. 138). Portanto, a cultura material, é a dimensão física da vida humana constantemente sujeita aos sentidos atribuídos nas interações sociais. Não se trata somente da ação do

¹ O trabalho nasceu do projeto de pesquisa “Capitalista e civilização nas cidades do Ceará (1860-1930)”, aprovado na chamada pública MCT/CNPq/CAPES – Ação Transversal nº 06/2011 Casadinho/Procad, processo 552714/2011-9. A pesquisa é organizada pelo Grupo de Pesquisa Práticas Urbanas, do Mestrado Acadêmico de História (MAHIS), da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

² Professor do Mestrado Acadêmico de História (MAHIS), da Universidade Estadual do Ceará (UECE). É também líder do grupo de pesquisa Práticas Urbanas.

homem transformando as coisas, mas, sobretudo, das representações e das práticas que constituem a ação social e sua impossibilidade sem a existência das coisas. Trata-se, portanto, da ‘relação entre o homem e os objetos (sendo aliás o próprio homem, em seu corpo físico, um objeto material), pois o homem não pode estar ausente quando se trata de cultura’ (PESEZ: 2005, p. 242)

A cultura material é também temporalidade porque espelham as contextualizações. As coisas produzidas e consumidas no Ceará, no período do processo civilizador capitalista da primeira europeização, hegemonicamente portuguesa (1603-1860), são diferentes da segunda europeização, hegemonicamente inglesa, francesa e alemã (1860-1930). As coisas da primeira europeização são preponderantemente as da pecuária, cuja matéria-prima era a carne e o couro bovino. As coisas da segunda europeização estão ligadas ao algodão, ao ferro e, em seguida, a uma variedade de matéria prima decorrentes da Revolução Industrial. Ou seja, “longe de formar um cenário estático, também as coisas físicas têm uma trajetória, uma vida social com sucessivas mutações” (REDE: 2012, p. 147).

Depreende-se daí que trataremos de um contexto específico, o da “segunda europeização”, que encontra na produção do algodão sua matéria-prima e, em Fortaleza, sua centralização econômica, social, política e cultural, não deixando de fazer, porém, uma incursão no período anterior. A segunda europeização é a da chegada das primeiras empresas inglesas e francesas e, conseqüentemente, inauguração de um novo ambiente de produção e consumo no Ceará.

A nossa pesquisa sobre cultura material nos levou para duas categorias estratégicas: “processo civilizador capitalista” e “tradução civilizacional”. No que concerne à categoria “processo civilizador capitalista”, ela é, antes de tudo, um processo civilizador (ELIAS, 1993), uma experiência complexa (MORIN: 2012) dos investimentos do capital material e do capital simbólico (BOURDIEU: 2003), cujo investimento sobre a população (FOUCAULT: 1979) se constitui no modelo contextualmente hegemônico de bem-estar e estar bem no mundo. Este modelo, por sua vez, se alimenta e se retroalimenta dos encontros entre agentes das culturas contextualmente hegemônicas e agentes das culturas em processo de tradução do processo civilizador capitalista. Por isso, tanto podemos pensar em termos de cultura

material ou, como propôs Braudel, em termos de “civilização material”, “vida material”: os homens, os alimentos e as bebidas, as técnicas e as cidades (BRAUDEL: 1996).

A materialidade do processo civilizador capitalista, do ponto de vista de seus investimentos, é a organização do capital material e do capital simbólico na dimensão da economia-mundo (WALLERSTEIN: 2001), orientada pela produção de saberes que racionalizam a produção, o consumo material, as individualizações e as interdependências necessárias para a internacionalização de sua mundialização (MICHALET: 2003). Assim, na contradição entre o racional e o irracional, os planos e as contingências definem a estética, elabora os códigos ético-espirituais e os direitos de contenção das exacerbações ego-narcísicas da acumulação de capital causadas pelo valor das coisas. Estes aspectos não trabalharemos aqui.

No que diz respeito a categoria “tradução da civilização”, para defini-la começaremos por afirmar que ela não reconhece explicações sobre o atraso do capitalismo brasileiro em relação ao norte-americano, inglês ou francês e, conseqüentemente, não incorpora as argumentações do atraso cearense comparado com outros estados do Brasil. Na história dos encontros culturais que aqui analisamos, concluímos que os hibridismos, a exemplo de mestiçagem, imitação, apropriação, acomodação ou aculturação, não são suficientes para dar conta dos trânsitos culturais, devido as “deformações” necessárias que o trânsito provoca tanto na tradução das ideias como na tradução dos usos das mercadorias, das coisas “civilizantes”. Vamos preferir utilizar a categoria tradução concordando com Burke que vê nele um termo neutro, “com associações de relativismo cultural. Esta foi de fato uma das razões de seu apelo original para os antropólogos” (BURKE: 2003, p. 58/9).

Por mais que se imite não conseguimos, e não é uma questão de desejo, sermos ou transpormos os modos de utilização das mercadorias exatamente como os franceses, os ingleses ou os norte-americanos o fizeram ou fazem. O processo civilizador é homogeneidade na diferença. As historicidades das culturas “locais” deformam os “imperialismos”, as “culturas dominantes”. Se o processo civilizador capitalista é homogeneidade na diferença não é por uma questão de democracia, de alteridade, mas devido aos limites causados pelos trânsitos complexos entre as culturas contextualmente hegemônicas e as não-hegemônicas. A tradução é, nesse caso, uma “zona de intersecção cultural” com influências “para cima” (a mundialização do processo civilizador

capitalista) e influências “para baixo” (traduções da civilização). Ou seja, a tradução da civilização é o processo civilizador capitalista agregado de suas “natividades” históricas. É a categoria que “tem a vantagem de enfatizar o trabalho que tem que ser feito por indivíduos ou grupos para domesticar o que é estrangeiro” (BURKER: 2003, p58). A tradução, numa certa medida, não seria a biografia das coisas que, no contexto de encontros culturais, mostra que “o que é significativo sobre adoção de objetos estrangeiros – ideias estrangeiras – não é a sua adoção, mas sim a maneira pela qual eles são aculturadamente redefinido e colocados em uso?” (KOPITTOF: 2008, p. 93).

Um dos aspectos importante da tradução cultural é a cultura material, as coisas, as mercadorias e sua propiciação de momentos e sociabilidades diversas. Da praça de compra e de venda ao consumo público, privado, do acordar ao deitar, do amor ao ódio, do repouso ao suplício as mercadorias estão lá. Elas não só fazem parte do que é mais visível, mas do que define o processo civilizador capitalista. Por isso, talvez, é que Igor Koppitof veja na mercantilização o processo de transformação do sistema em sua “totalidade”, pois uma “biografia econômica culturalmente informada de um objeto o encarará como uma entidade culturalmente construída, dotada de significados culturalmente específicos e classificada e reclassificada em categorias culturalmente constituídas” (KOPITTOF: 2008, p. 94).

O presente texto, portanto, trata de compreender o processo civilizador capitalista, da segunda europeização, a partir da tradução da materialidade da vida; do seu deslocamento da capital, Fortaleza, para as outras cidades do Ceará (Aracati, Crato, Sobral, Quixadá) e entender como essa materialidade se modificou enquanto transformou paisagens e relações sociais. Os encontros entre estrangeiros e população nativa foram se impondo sobre a persistente primeira europeização, da pecuária, e “atualizando” suas formas de produzir, consumir e “amar” a partir das influências europeias. Essas transformações causadas pelos agentes do “imperialismo informal” (estrangeiros e nativos) modificaram as práticas comerciais e industriais, o conceito de organização da espacialidade urbana, assim como dos materiais de construção (introdução do ferro, por exemplo), o ambiente do interior das casas (novos *design* dos móveis e dos objetos de higiene pessoal), das vestimentas, de bebidas (vinhos do porto, *chapagnes* francesas etc), de comidas (*fois gras*, manteiga inglesa etc).

1. Tradução e civilização material: cidades, empresas e mercadorias

A tradução da vida material do processo civilizador capitalista da primeira europeização começa com o gado bovino enquanto mercadoria. Os investidores pernambucanos e baianos em busca de pastos para a reorganização da produção de carne para abastecer as fazendas da Zona da Mata, ao fugirem dos conflitos causados pelas invasões dos animais nas plantações de cana-de-açúcar e, sobretudo, da Carta Régia de 1701, que proibia a criação numa faixa de 10 léguas litorânea, acabaram por integrar as cidades do Ceará ao sistema colonial. Foi a partir da produção de carne que se desenhou a primeira cartografia urbana do Ceará. Surgiram, então, as vilas de Aquiraz (1713), de Fortaleza (1726), Icó (1738), Aracati (1748), Caucaia (1759), Crato (1764), Baturité (1764), Sobral (1773), Granja (1776), Quixeramobim (1789) e Guaraciaba do Norte (1796). A distinção urbana se dava pelas funções ocupadas por essas vilas. As principais vilas eram, naquele período, Aracati, Icó, Sobral e Crato por sua importância comercial, administrativa e serviços. Depois vinham Camocim, Acaraú por se destacarem no comércio e indústria e Quixeramobim pela importância do comércio e serviços básicos. E por último, se destacavam Fortaleza e Aquiraz do ponto de vista administrativo e Granja pela indústria.

Apesar do surgimento desses núcleos urbanos, a vida material naquela época se dava em função das fazendas de gado que não tiveram a mesma opulência das fazendas da cana-de-açúcar. As habitações, da primeira fase do gado, quando “homens ricos, moradores em outras capitanias, requerem e obtêm sesmarias, para onde mandavam vaqueiros com algumas sementes de gado” (ABREU: 1998, p. 228) se perdiam na imensidão da caatinga. Eram baixas, com paredes muito grossas e o madeirame bastante pesado. As casas da segunda fase, quando os fazendeiros “vão se estabelecer em suas terras, ou porque o avultado dos interesses exige sua presença, ou por incita-los ao espírito de liberdade” (ABREU: 1998, p. 228), eram “casas sóbrias, com cobertura de telha em duas águas, vastos alpendres e paredes também grossas, levantadas com madeira, pedra e tijolo da própria fazenda” (GIRÃO: 1984, p. 73). Os objetos utilizados no cotidiano eram produzidos pela matéria-prima fundamental: o couro. A onipresença desse produto levou Capistrano a falar em termos de “civilização do couro”:

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água; o mocó ou alforge para levar comida, a mala para guardar roupa, mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz.³

As vilas, criadas no período da primeira europeização, têm como finalidade zelar pelos negócios da Metrópole, sobretudo no que diz respeito à arrecadação do imposto sobre o talho da carne. Esse exclusivismo do produto animal insidia sobre a queda dos rendimentos dos criadores que, impedidos de concorrer com as Capitâneas vizinhas, passaram a “exportar seu gado abatido, transformado em carne seca-salgada em couro” (GIRÃO: 1984, p. 105). Foi dessa maneira que a vida material, profundamente marcada pelo universo do Sertão, se transportou e fizeram dos núcleos urbanos de Aracati, Granja, Camocim e Acaraú referências civilizacionais por possuírem as condições necessárias para a organização das “Oficinas”, “Charqueadas” ou “Feitorias”: ventos, baixa umidade, sal e cabotagem. O sucesso do empreendimento transformou Aracati no “pulmão da economia colonial da Capitania”, atraindo os homens mais abastados dos lugares mais diversos, contribuindo para o aumento da especulação e das transações com os principais centros comerciais do país e, ainda, centralizando o comércio de artigos de luxo. Essa importância econômica repercutiria na arquitetura e nos objetos que inventava distinções sociais, a exemplo das vestimentas. Segundo Antônio Bezerra, citado por Valdelice Girão

as senhoras abastadas pagavam de feito de um vestido liso com capa 6\$400, uma saia de veludo 2\$000 e de qualquer lã 4\$000, vestido e capa; os homens

³ Segundo Capistrano de Abreu, ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História Colonial: 1500-1800. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 170.

por uma vestia e calção de sêda cinco patacas, um manto 960 rs., um capote de pano forrado dois cruzados, e os menos abastados usavam os mesmos trajos de camelão, baêta, sarafina e olanda. Os abastados usavam mais as empoadas perucas e sapatinhos com meia de sêda (GIRÃO: 1984, p. 144)

Apesar de não serem suficientes a dimensão material dos argumentos que reivindicavam para Aracati a sede da Capitania, o texto abaixo, recolhido por Guilherme Studart, demonstra que ela representava, ao menos, a capital da primeira europeização no Ceará:

Todos sabem que o Aracati he hum porto mercantil de consideração, que o seu comercio tem promovido, e promove cada dia a povoação de tal sorte que hoje se contam na villa e seus subúrbios pertos de quinhentos fogos, duas mil pessoas de comunhão; sinco ruas publicas; trezentas cazas, que a ornão, e fazem hum aspecto publico, por serem as mais delas de sobrado; e mais de setenta lojas de mercadores, mais a ocorrência da gente marítima e de todos os sertões desta Capitania [...] sendo estas razões, que tem constituído a esta villa a mais populosa, e a de melhor civilidade assim no asseio público como no culto Divino, de tal sorte que pella sua opulência, formosura, e boa civilidade se faz digna de ser a capital (STUDART: 1892, p. 164).

Outras cidades como Camocim, Acaraú também prosperaram. O naturalista Antônio Bezerra, numa de suas viagens de estudo, percorrendo sobre o requinte de Sobral, da segunda metade do século XIX, descreve suas casas e sobrados como sólidas “vistasas” e “elegantes”. Em seguida, através dos objetos que compõem a vida social, nos dar a conhecer a paisagem social: “sons de piano por toda parte”, o barulho do comércio, a atualidade das vestimentas, as preocupações com a higiene interna das casas. Segundo ainda o naturalista, “tudo anuncia que se chega a uma terra laboriosa e civilizada” (BEZERRA: 1965, p. 306).

No entanto, essa primeira europeização declinou motivada por uma série de causas. A primeira delas foram as secas de 1777-1778 e a de 1790-1793. Sobretudo a “seca dos três setes” quando a produção foi levada a um oitavo de sua capacidade. Outro motivo foi a transferência da técnica da “carne-do-Ceará” para o Rio Grande do

Sul. E, por fim, a organização da produção do algodão que iria representar não só uma nova etapa da europeização do processo civilizador capitalista, sobretudo a partir da Guerra de Secessão dos Estados Unidos, mas, também, uma nova cartografia de hegemonias urbanas.

Na medida em que o algodão vai ganhando importância a antiga sede, Fortaleza, da Capitania do Ceará conseqüentemente se impõe. Esse processo começa com a elevação de seu status de vila para cidade, em 1823, seguida de Sobral (1841), Icó (1842), Aracati (1842), Crato (1843), Quixeramobim (1856), Baturité (1858). A organização econômica para a exportação do algodão não significou o desaparecimento por completo da pecuária. Esta passou a completar aquela. E a diversificação da economia, depois da segunda metade do século XIX, se dinamiza com a produção de café, com a cera de carnaúba, contribuindo para atualização da cartografia urbana do Ceará com o surgimento de novas cidades. A exemplo de Lavras da Mangabeira, Canindé e Juazeiro do Norte, que inventam, apoiadas na religião, novas mercadorias.

Apesar de sua elevação ao status de cidade acontecer antes de Sobral, Fortaleza, até a metade do século XIX, ainda não era hegemônica do ponto de vista da cultura material. As cinco principais cidades, segundo a hierarquia ditadas por suas funções, eram: Sobral (administrativa/industrial, comercial e de serviços), Fortaleza era a segunda (administrativa, comercial, de serviços e portuária), depois viria Aracati (administrativa, comércio/serviços, portuária), Icó (administrativo, comercial e de serviços) e, por fim Crato (administrativo, industrial, comercial e de serviços).

Na “segunda europeização” (1860-1930), sob as influências econômicas inglesa e francesa, a economia do algodão monocentralizou a hegemonia civilizadora em Fortaleza. Sobral, nessa “segunda europeização”, mantém sua importância civilizadora e seu título de “Princesa do Norte”. Situada na zona norte do Estado, até 1881, quando foi criada a Estrada de Ferro de Sobral. Então, Sobral, se utilizando do porto da cidade do Acaraú, se impunha economicamente sobre seus municípios vizinhos ao mesmo tempo em que participava do comércio internacional. Aracati também manteve sua importância civilizatória com seu próprio porto, concorrido devido sua proximidade com Pernambuco e Bahia, era utilizado por seus vizinhos para o escoamento de suas mercadorias. Icó, situado na zona do Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe, mantinha suas relações comerciais com Pernambuco e Piauí por via terrestre e através do porto de

Aracati. Em 1884, Quixadá, devido à construção do açude do Cedro, decorrente das estratégias de combate a seca no Nordeste, aparece como novidade dentro do novo jogo de forças do capitalismo mercantil do Ceará. Além de Quixadá, Crato, na região do Cariri, e Camocim, no litoral oeste, fronteira com o Piauí, são outros centros urbanos que se projetam naquela década de 1880. No entanto, Fortaleza, Sobral, Crato, Aracati e Quixadá, entre o final do século XIX e século XX, é que representavam “uma mentalidade capitalista, isto é, maior racionalização para produzir mais” (PARENTE: 1986, p. 52).

O tempo das trocas se acelera a partir de 1858, quando o governo provincial investe na contratação de companhias de navegação para o escoamento das exportações pelos portos de Aracati, Acaraú e Camocim. Estes núcleos urbanos passando a se conectarem com Recife e São Luís. Aquele período foi também da reorganização da exportação do feijão, do milho e da farinha de mandioca. Depois da Guerra de Secessão (1861-1870), com o algodão cada vez mais onipresente na pauta econômica, estabeleceu-se linhas de navegação entre Fortaleza e Liverpool. Se essa Guerra norte-americana coloca o Ceará no circuito da revolução industrial, seu fim, devido ao excedente do algodão no mercado, consequência da retomada da produção algodoeira norte-americana, vai provocar o nascimento das primeiras indústrias no Ceará. Em 1881, seria fundada, pois, a primeira fábrica de tecidos do Ceará, a Pompeu & Irmãos. Depois dela, segundo Josênio Parente, vieram outras:

No ano de 1909, encontramos no Ceará as seguintes fábricas: Pompeu & Irmãos, a mais antiga, fundada em 1881, que produzia 200 peças de fazenda de algodão (3.420m cada) por dia, empregando 230 pessoas internamente; Ceará industrial, fundada em 1888, produzindo 150 peças diárias, empregando 140 pessoas internamente; Ernesto & Ribeiro, em Sobral, empregando 65 homens, 99 mulheres e 30 crianças; e Popular Aracatiense, em Aracati, empregando 180 pessoas. Produzindo redes, encontra-se a fábrica do Dr. Thomaz Pompeu, fundada em 1899; União e Trabalho, de Mattos, Lima & Cia., fundada em 1893, com 300 empregados. [...] e existiam mais 8 fábricas médias e 25 pequenas, com apenas 4 teares (PARENTE: 1986, p. 49).

Ainda em 1909, outras fábricas se voltavam para a produção de alimentos, como Santo Antônio, produzindo 127.000 kilos de massa diária, com 11 homens trabalhando e uma mulher; Santa Isabel (16 empregados); Santo Antônio (10 empregados) e mais três outras menores”. Entre as de cigarros, destacavam-se a Iracema (30 operários) e a Viúva Marcos de Lima, com 56 homens e 27 mulheres empregados. Existiam ainda três fábricas de Chapéu de sol, sete de São e Óleos, duas de Torrefação de Café, duas de Gelo, 17 padarias, sendo as maiores a Padaria América (18 funcionários) e a Santo Antônio (42 funcionários). Sete tipografias, duas encadernadoras, 14 carpintarias e marcenarias. 10 ourives e relojoeiros, 11 alfaiates, três marmoristas, quatro agências de leilões, três fundições, três casas de tipografia, quatro tinturarias, onze restaurantes, uma casa de alugar carros, além de outras casas comerciais” (PARENTE: 1986, p. 49-50).

Em 1927, a indústria têxtil possuía 11 fábricas, empregando 960 trabalhadores, mas, quando comparada com as 111 fábricas de São Paulo, que possuía e empregava 45.290 trabalhadores, era bastante inexpressiva do ponto de vista numérico.

A vida material do processo civilizador capitalista se expande pelo mundo e traz consigo as estradas de ferro impulsionadas pela produção de algodão. Os trilhos de ferro surgem em Fortaleza em 1880 por meio da companhia Ferro-Carril. A estrada de ferro atinge a cidade do Crato. O sistema rodoviário fazia a ligação entre Fortaleza e Sobral, com o Baixo Jaguaribe e com as serras de Baturité e Maranguape. Nitidamente os portos de Aracati e de Camocim vão perdendo na concorrência com o porto de Fortaleza.

Pensamos que o processo civilizador capitalista é complexo e faz parte dessa complexidade a desordem: as discontinuidades bruscas. Esse elemento da desordem é relevante porque não sabemos com precisão qual seria seu papel para o “progresso” ou para o “retrocesso” de uma sociedade.

No caso da produção da vida material no Ceará, a desordem causada pelas secas, como obstáculo para as estratégias de inserção no processo civilizador capitalista, nos chamou sempre a atenção. Alguns autores defendem que é em períodos de seca, contraditoriamente, que se efetivam os estímulos para o “desenvolvimento de relação capitalista”. Esses estímulos aconteceram em 1877, quando o Estado monta estratégia de administração da população organizando as migrações para outras regiões (região Norte e Sul), que provoca o enfraquecimento do patriarcalismo e do poder local.

Portanto, na seca de 1900 é repassado recursos financeiros para o combate a seca, assim como em 1904, na gestão Rodrigues Alves. Este presidente intervirá de modo sistemático construindo açudes, organizando a irrigação, instalando estradas, perfurando poços. A relação entre investimento no Ceará, acrescido de nordestinos na presidência é tão verdadeiro que no governo de Epitácio Pessoa, que coincide com a seca de 1915, os investimentos serão muito mais importantes. No entanto, a safra de algodão de 1916 “melhorara consideravelmente e as de 17 e 18 excederam os cálculos normais. O algodão novamente derramou da cornucópia dos seus capulhos o dinheiro para os bolsos dos caboclos, vendido ao preço delirante de 60\$000 e mais a arroba de pluma” (GIRÃO: 1947, p. 426).

Em 1932 uma nova seca se abateu sobre o Nordeste e atingiu o Ceará. Os recursos do Governo Federal passaram de 2% para 10% da receita federal. Foram construídos novos açudes no sistema Jaguaribe, no Lima Campos, no Joaquim Távora e no Ema. No sistema Acaraú, foram construídos os de General Sampaio e o de Choró (Quixadá). Porém, não se construiu apenas açudes. As estratégias de combate às secas se abriram para o investimento na piscicultura, no reflorestamento, na pesquisa agrícola e na extensão rural.

Naquele período a civilização material ainda é marcada pelo desenvolvimento econômico voltado para os minérios (gesso, sal, rutilio, berilo, tontalita e a comlubita), para a produção de caju e, notadamente, do óleo da oiticica que poderia substituir o “óleo tung” da China, importante na produção de tintas.

Na medida em que a pecuária ia perdendo sua hegemonia por volta de 1850, o algodão, mundialização da revolução industrial impunha, reorganizava as relações, a produção e o consumo da economia cearense. No entanto, na década de 1870, em que na Europa “a idade do carvão e do ferro” foi suplantada pela “era do aço, da eletricidade, do petróleo e dos produtos químicos”, houve a consolidação do discurso de defesa de um padrão de civilização e civilidade sustentado no progresso da ciência, da tecnologia e da industrialização. Assistiu-se, mais precisamente, entre 1867 e 1881, uma revolução nos níveis mais baixos da vida prática cotidiana, cujos símbolos matérias expressaram-se através de uma série de mercadorias. Surgiram “o motor a explosão, o telefone, o microfone, o gramofone, a rádio telegrafia, a lâmpada elétrica, os transportes públicos mecanizados, os pneus, a bicicleta, a máquina de escrever”. Apareceram ainda

“a circulação maciça de notícias impressas a baixo custo, as primeiras fibras sintéticas, a seda artificial, os primeiros plásticos sintéticos, a baquelite (BARRACLOUGH: 1987, 45).

No Ceará a nova paisagem social das coisas foi deixando seus indícios. Em 1867, a iluminação à gás carbônico, surgida em 1859, era afinal inaugurada. Em 1873, cerca de 8.000 habitantes foram assistir assombrados, na rua do Trilho de Ferro, a passagem do barulhento primeiro trem. A 25 de abril de 1880 surgiram os primeiros bondes puxados a burros em Fortaleza. No dia 11 de fevereiro de 1883, a capital do Ceará, falava pela primeira vez ao telefone. O cinema através dos bioscópios, surgia por volta de 1898, “era uma modalidade da lanterna mágica que projetava, na pequena tela, aspectos parados de alguma cidade europeia, ou episódios de qualquer história ingênua.” (MENEZES: 2000, p. 80). No entanto, primeiro o cinema surgiria em 1907, com a chegada em Fortaleza do italiano Vitor di Maio. Outros cinematógrafos, a partir de então, foram surgindo “na nossa pacata capital, para gáudio dos fortalezenses. Em 1909, Henrique Mesiano abria o Cinema Rio Branco, na rua desse nome. Na mesma época Júlio Pinto inaugurava o Cassino Cearense, na rua Major Facundo” (MENEZES: 2000, p. 82). Ainda em 1907, o primeiro balão a gás subia aos céus, deixando a população boquiaberta. Depois, em 28 de março de 1909, veio o primeiro automóvel.

No entanto, todos esses produtos não poderiam ter modificado a vida cotidiana e convencido os indivíduos se não tivessem sido construídos sob a coerência de uma lógica de conforto, cujos conhecimentos serviriam para qualificar o papel das coisas: dos metais (o aço, o alumínio), da eletricidade e da petroquímica no conforto do lar.

Os anúncios dos jornais cearenses estão permeados de exaltações não só à moda, mas a uma diversidade de coisas mágicas que chegam ao mercado local e que são exportadas para fora do Brasil, atestando a constituição, mesmo que vagarosa, de uma cultura de trocas entre os cearenses e os estrangeiros: “Chapéos do Chile”, “vinho tinto superior”, “velas de spermacete”, “manteiga inglesa e franceza”, “arroz do Maranhão”, “bacalhão” (O SOL⁴: Fortaleza, 3 de maio de 1863); “exportação de açúcar mascavado

⁴ O SOL, “Jornal literário, político, publicado em Fortaleza por Pedro Pereira da Silva Guimarães. Saía uma vez por semana, a princípio da Tipografia Brasiliense de Francisco Luiz de Vasconcellos, à Rua Formosa, depois da Tipografia Brasileira, de Paiva & Cia., à Rua Amélia, e finalmente da Tipografia Americana de Theotônio Esteves d’Almeida. Manoel Felix nogueira foi seu impressor. O primeiro número é de 19 de agosto de 1856. Trazia por moto; ‘Do cidadão a liberdade. Esse celeste thesouro não

para Liverpool”, exportação de “taboas de pinho para Portugal, América e Hamburgo” (JORNAL DO CEARÁ⁵: Fortaleza, 16 de abril de 1868). Em plena seca de 1845/6, quando se denunciava a venda de farinha mofada para alimentar os flagelados, o jornal “O Cearense”, nº 5, já em 1846, registrou como “O Barato” conduzia sua publicidade:

À venda – Chega ao Barato – Acaba de receber de Lisboa pela Empresa – bom sortimento de gêneros de estiva – vinho em pipa e barris da marca PRR, diversos outros, engarrafados, entre os quaes apparece o do Porto, de data antiga; boa fava, grão de bico, ervilha, amêndoas, cevadinha, massas finas de estrelinha, Pevide &&, marmelada em caixas pequenas, orchata em pó. Tem outras muitas coisas. Nesta viagem não verão do taes paio; porém tem azeitonas (O CEARENSE⁶: Fortaleza, 08 de novembro de 1846).

Os produtos estrangeiros gozavam de tanta reputação que o Vinho do Porto, associado ao “chá de canella” e ao “café forte”, era utilizado para induzir-se as contrações uterinas para que o parto voltasse a seguir seu curso natural (CAMPOS: 1985, pp. 112/3). Na medida em que os produtos estrangeiros eram consumidos como medicamentos, muitas vezes de maneira folclórica, profissionais liberais nacionais e estrangeiros passavam a vender seus conhecimentos e serviços através dos anúncios dos jornais e a modificar os hábitos e costumes:

Cirurgião-dentista de confiança para as famílias: Samuel Huggios, norte-americano, oferece ao respeitável público seu préstimo em todos os ramos da profissão. Coloca dentes artificiais por todos os sistemas até hoje conhecidos. Dentadura completa de vulcante, melhor sistema. Estrahe dentes em sua casa por 1\$000. Tem pós americanos para conservar os dentes para sempre. Tem

usurpam os mandões. Não se vende a peso de Ouro”. In: CEARÁ, Biblioteca Gov. Menezes Pimentel. Departamento de Patrimônio Cultural. Núcleo de Microfilmagem. Jornais Cearenses em Microformas, catálogo geral. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto. 1988, p. 21.

⁵ Jornal do Ceará: “Jornal político, comercial e noticioso, publicado pela Empresa Tipográfica Cearense. Seu primeiro número é de 16 de março de 1904. In: CEARÁ, Biblioteca Gov. Menezes Pimentel. Departamento de Patrimônio Cultural. Núcleo de Microfilmagem. Jornais Cearenses em Microformas, catálogo geral. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto. 1988, p. 41.

⁶ O CEARENSE: “Órgão do Partido Liberal publicado em Fortaleza, a partir de 4 de outubro de 1846, saiu da Imprensa Nacional de Barbosa, da Tipografia Brasileira de Paiva & Cia., das de Francisco Luís de Vasconcelos e de João Evangelista e, finalmente, da sua própria”. In: CEARÁ, Biblioteca Gov. Menezes Pimentel. Departamento de Patrimônio Cultural. Núcleo de Microfilmagem. Jornais Cearenses em Microformas, catálogo geral. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto. 1988, p. 18.

ouro e platina para chumbar os dentes, que conserva por toda a vida. Rua das Flores, 32 (CEARENSE: 30 de maio de 1865).

De repente, o saber-fazer dos profissionais liberais passou a ser indispensável e contribuiria para a ascensão e inserção social de novos grupos sociais. Foi uma acumulação de conhecimentos que repercutiria no controle do corpo dos indivíduos e modificaria, também, seu padrão de saúde. Graças aos estudos da bacteriologia, da microbiologia e da bioquímica; devido ainda, ao aumento da eficácia da agricultura, com a produção de adubo, da conservação de alimentos; da proximidade do consumo, de um tempo mais rápido, devido a implantação do sistema ferroviário, pela construção de navios de grande tonelagem e pelo aperfeiçoamento das técnicas de refrigeração.

Esses dados materiais associados aos dados psicológicos agiram como propaganda para que, de uma maneira ou de outra, o mundo se visse afetado e convencido, social e psicologicamente, pela capacidade extraordinária dos países europeus e, posteriormente, norte-americano, para impor um modelo de bem-estar e estar no mundo. Esse clima favorável à cultura estrangeira, facilitava a circulação das mercadorias e sua consequente tradução.

A disciplina, a convicção no bem fundado do ideário comercial e civilizacional dos países europeus, não mobilizou somente agentes comerciais, culturais e militares, marcou um período de grandes deslocamentos populacionais:

O que as pessoas previam era uma época em que os povos europeus se espalhariam por toda parte, ocupando e estabelecendo-se nos novos territórios coloniais, constituindo em alguns a maioria da população, em outros, pelo menos, um sólido quadro administrativo, mas, em qualquer caso, mantendo um indispensável laço com o todo imperial. (BARRACLOUGH: 1973, 65).

Portanto, circulação de coisas e de pessoas constituindo realidades culturais que nos impõe estudo para se precisar o conceito de tradução da civilização.

2. Os agentes da tradução: estrangeiros, cearenses e casamento

Herman Lima, autor de “Imagens do Ceará”, no capítulo sugestivo “Que é que o Ceará tem?”, que serve para enaltecer o caráter peculiar e para exaltar o “mito do cabeça-chata” como positividade do caráter dos cearenses. Lima, corroborando com o mito, desdenha do legado estrangeiro para cultura local, pois, segundo ele, o cearense é um tipo ascético e “angulosamente magro, romântico, ativista, andejo, inquieto, empreendedor, franciscano, fraternal”, de tal maneira adaptado ao seu meio adverso que além do mais, é o mais

brasileiro dos brasileiros, tão da terra e numeroso em sua terra, que os estrangeiros, de fato, se contaram sempre pelo nome, como no meu tempo, quando os portugueses de Fortaleza não iam a cem; ingleses eram apenas os diretores da Light, o gerente do London Bank, Mr. Rogers, sócio da Casa Inglesa, a professora Sanders e dois ou três mais, se tanto; de alemães só me lembro de dois – o cônsul Oscar Huland e um gráfico da tipografia do *Correio do Ceará*; franceses, os Gradvohl e a gente dos Boris; de americano não se sabia de nenhum; e um de tão raros alienígenas havia, mesmo, acumulado no nome duas nacionalidades – Antônio Russo Italiano (LIMA: 1997, 126).

Apesar da ironia de Lima, o Barão de Studart, segundo cônsul do Reino Unido no Ceará, autor do opúsculo “Estrangeiros e Ceará”, bem antes, em 1918, fazia questão de que se registrassem as contribuições de estrangeiros, europeus ou norte-americanos, sobretudo aqueles que produziram estudos científicos, pois estes confeririam importância e reconhecimento aos “homens e cousas Cearenses”. No “Estrangeiros e Ceará”, o “Barão” lista oito ingleses, dezoito franceses, dois tchecos, dois escoceses, catorze americanos, nove alemães, oito italianos, um húngaro, um português, dois irlandeses, um uruguaio, um suíço, um belga, um holandês, um sueco, e um cubano.

Um dos estrangeiros no Ceará, cujas ações poderiam ser caracterizadas como em prol da penetração da cultura capitalista europeia no Brasil e em terras alencarinhas chamava-se Henry Koster. Inglês de Liverpool que aportou no Nordeste “em busca de clima propício a insidiosa enfermidade de que era vítima” (STUDART: 1983, 25). Sua estadia em Fortaleza se estendeu de 16 de dezembro de 1810 a 8 de janeiro de 1811,

com passagem pela cidade de Aracati, quando ainda era considerada a mais civilizada, “assim na roupa, como em tudo mais”; vila de onde “saíam para as outras vilas os homens que mais se distinguiam em música e ofícios mecânicos, letras e ciências”. Gustavo Barroso, no entanto, duvidava das alegações Koster argumentando problema de saúde. Para entender seus interesses nos seria necessário acompanhar de perto as peripécias daquele inglês de maneira mais detalhada. Assim, o escritor de “À margem da História do Ceará” aduz suas suspeitas:

Todavia, não o vemos nunca à procura de repouso e tratamento, sim fazendo constantes jornadas através de regiões praieiras ou sertanejas, sem o menor conforto, despendendo esforços contínuos e pouco recomendáveis a pessoa de pouca saúde. Acompanhando seus passos, vê-lo-emos sempre em contato com aquelas individualidades locais que tomariam parte nas futuras revoluções contra o poder central e se haviam tornado conhecidas por suas idéias avançadas (BARROSO: 1962, 152).

Além da presença de Koster, por seus feitos e suas obras, poderíamos computar como presenças estrangeiras válidas de registro, tanto para o Ceará quanto para seus países de origens, numa lista que iria para além do que arrolou o Barão de Studart em seu “Estrangeiros e Ceará”, passando pelos livros de registro de passaportes, pela crônica dos memorialistas etc.

Depois de Koster, segue na lista L. F. de Tollenare, comerciante francês, conhecido por suas “Notes Dominicales”, lidas por Ferdinand Denis (falaremos sobre ele posteriormente) e Varnhagen. Sua vinda ao Brasil com o fim de negócios, não o impediu de se ocupar de “consignar semanalmente as impressões, que lhe davam os homens com quem em contacto e os acontecimentos de que tinha noticia” (STUDART:1983, P. 13-14).

Em seguida, a lista do inglês, fundador do Instituto Histórico do Ceará, é completada pelo Lorde Cochrane, décimo Conde de Dundonald, inglês, que publicou em 1858 “Narrative of Services the Liberation of Chile, Peru and Brazil” cujas informações sobre o Ceará podem ser encontradas entre as páginas 182 e 186 do opúsculo “Estrangeiros e Ceará” (STUDART: 1918, 196). Jean Seraine, arquiteto francês, chegou aqui na primeira administração de José Martiniano de Alencar (1834-

1837) – que tanto lutou pela imigração de estrangeiros para a construção das obras públicas que “embelezassem e melhorassem as condições da cidade”⁷ -, mandou trazer operários franceses e, depois de ter desenhado a planta e ter orçado os custos, fez construir as paredes do recife que protegeu a cidade de Fortaleza das ressacas marinhas. O irlandês Patrick O’Meara anotou observações sobre o reservatório de Boqueirão das Lavras. O norte-americano Orville Derby estudou sobre a meteorologia do trópico semi-árido. José Antônio Seifert, era arquiteto natural da Boêmia, casou-se com a cearense Dona Maria Paulina Seifaert. Ferdinand Denis era um ilustre conservador e diretor da Biblioteca de Santa Genoveva, em Paris.

Além desses acima anotados, listamos ainda: George Gardner, de Glasgow, Escócia, que veio por motivos científicos, tendo a Vila de Aracati como entrada no Ceará; F. Chabrilac escreveu “Sur quelques poissons fossiles de La province Du Ceará Du Brésil”, publicado nos Comptes Rendu de l’Academie des Sciences de Paris; William Hadfield, viajante inglês, escreveu sobre as secas, o algodão; Pedro F. Theberge, médico e historiador, tendo nascido em Marcé, França, ao chegar ao Ceará, se deteve na cidade de Icó, tendo muito contribuído para a construção da historiografia cearense; João Brindiseil, era um pintor e desenhista alemão, que foi designado, em 1858, para ensinar no Liceu de Fortaleza, “várias famílias de Fortaleza possuem retratos pintados por Brindseil. Foi elle quem pintou o quadro da ‘Ceia Larga’ que existe na capella do Sacramento na cathedral de Fortaleza” (STUDART: 1918, 205); Dr. Mallet, obstetra, se radicou em Aracati; Pierre Florent Berthot, engenheiro francês, chegou a Fortaleza em 1858, trabalhou na reforma do porto; Dr. Carlos Kornis de Tatvarat, era professor de Direito Criminal, veio para o Brasil para se tratar de doença; João Luiz Rodolpho Agassiz, norte-americano de origem Suíça, passou por Fortaleza em 1865; além de J. Whitfield (inglês), Guilherme Van de Sand (prussiano), Sir John Hawkshow, (engenheiro inglês), Herbert Smith (norte-americano), Arcádio Dorme (francês), Jules Jean Revy (engenheiro inglês).

Barão de Studart, que orientou primeiramente nossas pesquisas, esboçou uma lista de 73 indivíduos com instrução, cobrindo um período que vai de 1810 a 1916. No

⁷ De fato, o sonho de José Martiniano de Alencar (pai do escritor José de Alencar), se realizou 10 dias antes de transmitir o cargo ao vice-presidente quando “aportaram a Fortaleza 120 colonos, vindos pelo brigue ‘Maria Carlota’”, de origem açoriana. In: GIRÃO, Raimundo. Pequena História do Ceará. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1984. (Coleção Estudos Cearenses, v. 1), p. 154.

entanto, o interessante quando observamos e nos deparamos com as qualificações profissionais, a cartografia de suas paragens e o tempo de permanência no Ceará, podemos afirmar que as motivações de suas vindas não eram desprovidas de lógicas, diante de um mundo em franca expansão sob a cultura capitalista, que, a todo custo, precisava de informações sobre os países a ser conquistados.

Essas presenças e influências estrangeiras podem indicar um processo de mestiçagem cultural, sobretudo quando comparada com os casos de outras regiões do país, sob a imigração europeia deliberadamente de povoamento e em substituição da mão-de-obra escrava. Isso não quer dizer que vozes locais não se tivessem levantado para reivindicar a ausência estrangeira mesmo por questões científicas. Burmeister, citado no “Extrangeiros e Ceará”, chega a desdenhar das possibilidades científicas da terra alencarina, pois considerava sua flora e fauna pobres quando comparada com as “regiões Amazonicas”, onde a “natureza pompeia com todas as suas galas e maravilhas”, ou quando comparada ainda com as “regiões do Brasil meridional” cujos minérios provocam atenção, curiosidade, cobiça e que “compensam todo e qualquer trabalho no sentido de sua exploração econômica ou do seu aproveitamento para os progressos da sciencia” (STUDART: 1918, p. 10). A indisposição dessa presença estrangeira de caráter científico, pela escolha do Ceará é ainda explicada na lacônica argumentação do Barão de Studart que transfere a responsabilidade para os intelectuais não cearenses, porque aqueles que

escrevem a historia do Paiz occultam o que tem o Ceará de recommendavel, bello e digno de figurar nos annaes pátrios ou só ás carreiras lhe fazem referencias, não avulta o numero de auctores extrangeiros que tratem a nosso respeito e consequentemente não será longa a enumeração de obras que nos interessem de perto (STUDART: 1918, pp. 10-11).

Mesmo que a presença estrangeira não tenha gozado da mesma “reputação” quando comparada com as experiências dos estados do sudeste e do sul do país, não se pode negligenciar essa contribuição estrangeira na construção de uma cultura capitalista no Ceará. Eles trouxeram seus conhecimentos técnicos, e introduziram novas máquinas

e ferramentas para a produção de farinha, de algodão, materiais de construção, instrumentos musicais, como o piano que Geraldo Nobre aduz:

Não se exagerará a importância de contribuições técnicas pessoais, devidas a artífices estrangeiros, atraídos para o Ceará, ou estabelecimentos voluntariamente na então província, onde desenvolveram suas atividades e transmitiram habilidades e experiências específicas, integrando uma relação numerosa, da qual avultam os nomes de João Pedro Seraine, arquiteto, Fernando Hitzchky, engenheiro, Henrique Ehrich, ferreiro, João Brindseil, pintor e marceneiro, o primeiro francês e os demais germânicos, pelos serviços prestados e formação de novas famílias cearenses (exceto o último neste tocante) (NOBRE: 1989, p. 68).

Alguns dos matrimônios aludidos por Geraldo Nobre foram fundadores das famílias mestiças mais tradicionais do Ceará e tiveram lugar importante na história do estado e no seu processo de inserção na cultura capitalista. Trata-se dos Boris, de origem francesa e, os Studart, de origem inglesa. Interessante notar que esses dois sobrenomes estão constantemente presentes na história política, econômica e cultural do Estado do Ceará.

Segundo o discurso apaixonado de Raimundo Girão, os membros da família Studart, “se ilustraram, nas letras, na política, nas profissões liberais e na finura social”. Eles aportaram em Fortaleza, em 1840, através de John William Studart, que se tornaria o primeiro vice-cônsul britânico no Ceará. Em busca de fronteiras para seu comércio, ele se estabeleceria na Capital cearense e se casaria com a cearense Leonísia de Castro Barbosa, da família aristocrática dos Castro e Silva Barbosa. O Casal gerou Guilherme Chambly Studart, o Barão de Studart, médico, historiador, e segundo vice-cônsul do Reino Unido no Ceará, do qual Raimundo Girão rasgou os seguintes enaltecimentos:

Notável no estudo e na documentação sobre a história do Ceará; ninguém o excedeu nesse caminho (...). Todo passado do Ceará se retrata nas obras do Barão. Obras de profundidade, de legitimidade e enorme extensão que ainda é precioso “vade mecum” de consultas e orientações” (GIRÃO: 74, 221).

Os ingleses parecem estar estreitamente ligados ao momento de autonomia do Ceará com relação a Pernambuco. Sobretudo no ano de 1866 quando o cearense começa a se acostumar com nomes de firmas como Booth Line, de Liverpool, ou a Red Cross, também britânica (ARAGÃO: 1989). Essa presença inglesa, Segundo Gilberto Freyre, não pode ser negligenciada quando se quer entender o desenvolvimento do Brasil:

Os ingleses, quase tanto quanto os franceses, madrugaram, sob a forma de piratas, aventureiros e negociantes, nas praias da América tropical descobertas por portugueses e espanhóis. E distanciando-se dos franceses, por largos anos seus rivais, os ingleses acabaram alcançando entre nós, sob a forma de negociantes e técnicos, uma preponderância econômica que, ostensiva nos dias de D. João VI regente e depois rei – quando aquela predominância assumiu aspectos francamente imperialistas e não apenas imperiais – acentuou-se de 1835 a 1912, para só então começar a declinar lentamente, vencida pela expansão norte-americana e minada pela alemã (FREYRE:2000, 46)

É ainda Gilberto Freyre, em *Ingleses no Brasil*, que nos conduz à lista de coisas materiais e imateriais que foram traduzidas para o mundo fora da ilha britânica. Palavras e coisas que foram se naturalizando em nosso cotidiano cuja fascinação esconde a memória permeada pela violência do imperialismo:

A influencia do mister pode-se atribuir, com efeito, além da introdução, no Brasil, ou da generalização, entre nós, do fato branco, do chá, do pão de trigo, da cerveja e depois do whisky, do gin e do rum, do beef, ou do bife com batatas, do rosbife, da costeleta de carneiro, do pijama de dormir, do gorro de viagem, do revolver, do rifle esportivo, do macadame, do water-closet, do 'l'jogo da bola' (tênis) e de outros esportes, da residência em subúrbio, da sela inglesa, do piano inglês (hoje superado pelo alemão), relógio inglês (superado pelo suíço), da capa de borracha, do sapato inglês, do water-proof, o começo de algumas seitas protestantes, hoje prósperas no nosso país, e de métodos modernos de ensino de meninos (com o acréscimo da educação física e intelectual), o gosto pelos romances policiais, espciaçmente os de

Sherlock Holmes, pelo grogue, pelos pic-nics, pelos clows, pelos habeas-corpus, pelo jury, pelos meetings, pelo escotismo, pela arte de debater, pelo humour, pelos reides (de raid, expressão que no Brasil adquiriu sentido arbitrariamente novo), pela louça inglesa, pelo sanduiche, pelo lanche, pelo ponche, pela figura ou pelas maneiras do gentleman (FREYRE: 2000, p. 14).

A influência francesa no Ceará na tradução da cultura europeia tem como referências jesuítas como Chleo e o padre Chavalier, este considerado o “Pai do clero” cearense, fundador do Seminário e do Colégio Imaculada conceição. Na arquitetura se destacaram Seraine e Bertot, encarregados de muitas obras públicas de Fortaleza. Sobre o Ceará Tollenare escreveu “Notes dominicales” e Mouchez desenhou a carta cartográfica “Bahia do Ceará”. Os irmãos Adrien e Achilles Boris, que fundaram a “Boris & Frères”, não se destacaram somente nos negócios como na filantropia. Além de dois comerciantes também vale registrar as presenças de Levys e Dreyffus no setor de jóias e tecidos. Segundo Manoel Albano Amora “nenhum , porém, mais identificado com o Ceará do que o médico Pedro F. Théberge”, que chegou no Ceará em 1845, dedicando-se à clínica, à arquitetura (o projeto do teatro de Icó é dele) e aos estudos históricos e geográficos que resultou na “volumosa História do Ceará em três tomos, uma carta cartográfica da província e alguns trabalhos sobre a flora cearense” (AMORA: 1990, p. 56/7).

A materialização dessa influência se fez através da criação da Academia Francesa, que reunia jovens filósofos e oradores como Rocha Lima, Thomaz Pompeu, Capistrano de Abreu, Childerico de Faria, Felino Barroso, João Lopes, Antônio José de Melo e Varela.

O estudo da presença francesa, do ponto de vista econômico, no trânsito da importação e exportação, foi estudada por Denise Monteiro Takeya, em “Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil”. Focado na Casa Boris Frères, instalada em terras alencarinas em 1872, o trabalho mostra sua importância para a entrada do Ceará na Divisão Internacional do Trabalho. Pode-se observar que essa decisão foi baseada nas análises dos relatórios consulares da administração francesa (TAKEYA: 1995, 116-135) e revela, talvez que o mais importante da presença de viajantes estrangeiros por todo o país foram os trânsitos de informações. A empresa era

montada sob a estratégia matriz-filial, que facilitava tanto a exportação como a importação, acabando por projetar na paisagem local os indícios materiais da cultura francesa e os produtos nativos retroalimentando o processo civilizador capitalista. Os Boris Frères,

na sua trajetória centenária, tendo à frente os pioneiros da firma, a Casa Boris Frères assumiu posição de realce na economia cearense, especialmente nos últimos dezoito anos do Segundo Império e nos dez primeiros da primeira República, quando a empresa vitoriosamente comercializava com todas as localidades importantes do Ceará (Aracati, Sobral, Icó, Camocim, Itapipoca, etc.), com vários estados do Nordeste, Norte e Sudeste do País) Pernambuco, Paraíba, Piauí, Maranhão, R.G. do Norte, Bahia, Pará, Rio de Janeiro, etc.). Simultaneamente, além de competir com tradicionais firmas locais como os Gradwohl, Holderness & Salgado, etc., exportando produtos cearenses (café, laranjas, couros e peles, madeiras de lei, etc.) para os U.S.A., França, Inglaterra, Alemanha, etc., e do exterior, trazendo mercadorias para consumo local e interestadual, também atuava como agentes de Companhias de Seguros e Navegação, investiam em projetos: agro-industriais, estradas de ferro, exploração de mina e agia como ‘Casa Bancária’” (MOTA: 1982, p. 10).

Outras casas francesas alargaram o lastro de investimentos estrangeiros no Ceará na segunda metade do século XIX, como Gradwohl Frères, Levy Frères, WEILL & Cia, Hasbisreutinger & Cia e a Casa Brurmschiveiberg. Umas optando pelo interior, outras se estabelecendo na Capital.

A presença alemã aludida por Freyre acima, tem como marco no Ceará o ano de 1901 e é representada pela firma Oscar Huland & Cia Ltda. Em seguida, a Berringger & Cia, chega entre 1927 e 1928, explorando o comércio de produtos regionais (SCHIMMELPFENG, 1989).

Todas essas firmas se projetaram sobre as cidades do interior como é o caso do Sr. Mirtil Meyer que se muda para a cidade de Aracati, depois de ter comprado, em 1875, a firma dos irmãos Alexandre Ferreira da Costa Lima e Pompeu Ferreira da Costa Lima, donos da Costa Lima & Irmãos. A firma passou a se chamar Mirtil Lima &

Irmãos, fazendo negócios com fazendas, estivas, miudezas, algodão, peles e couros, cera de carnaúba, chapéu de palha, bolsas, esteiras (ARAGÃO, 1989).

No bojo da discussão da expansão da cultura capitalista, subjaz aquela sobre como esse deslocamento se investiu de tradução criadora de novas paisagens materiais, sensibilidades híbridas a nível local e que, talvez, aponte para as peculiaridades da cultura capitalista cearense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História Colonial: 1500-1800. Brasília: Senado Federal, 1998.
- AMORA, Manoel Albano. Crônicas da província do Ceará. Fortaleza: UFC/Casa José de Alencar, 1990.
- APPADURAI, Arjun. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. A trajetória da indústria têxtil no Ceará. O setor de fiação e tecelagem (1880-1959). Fortaleza: Edições UFC/Stylus, 1989.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. Introdução à história contemporânea. 5ª edição, Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- BARROSO, Gustavo. À margem da história do Ceará. Fortaleza: Imprensa universitária do Ceará, 1962.
- BEZERRA, Antônio. Notas de viagem. Fortaleza: Imprensa universitária, 1965.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo (séculos XV-XVIII) – (vol. 1) As estruturas do cotidiano : o possível e o impossível. São Paulo : Martins Fontes, 1996.
- BURKER, Peter. Hibridismo cultural. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003.
- CAMPOS, Eduardo. Capítulos de História da Fortaleza do século XIX. O social e o urbano. Fortaleza: Edições UFC (PROED). (Coleção José de Alencar, 6).
- CORDEIRO, Celeste. Antigos e moderno no Ceará provincial. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, Ano CXII, 1998.

- ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Volume 2: Formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Ed.16^a. Rio de Janeiro: Graal. 2001.
- GAY, Peter. O século de Schnitzler: a formação da cultura de classe média (1815-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GIRÃO, Raimundo. Um Studart Ilustre. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, Ano LXXXVIII, 1974.
- FREYRE, Gilberto. Os ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 3^a edição, Rio de Janeiro: Top Books Editora/UniverCidade, 2000.
- OPYTTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- LIMA, Herman. Imagens do Ceará. 2^a edição, Fortaleza: UFC/Casa José de Alencar, 1997, 158p.
- MACFARLANE, Alan. A cultura do capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- MAYER, Arno. A força da tradição: a persistência do antigo regime. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MENEZES, Raimundo de. Coisas que o tempo levou: crônicas históricas da Fortaleza antiga. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. (Clássicos cearenses; 2).
- MICHALET, Charles-Albert. O que é mundialização: pequeno tratado para o uso dos que ainda não sabem se devem ser a favor ou contra. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- MORIN, Edgar. O método 5: A humanidade da humanidade – a identidade humana. 5^a edição – Porto Alegre: Sulina, 2012.
- MOTA, Francisco de Assis Sousa. A secular Casa Boris e a importância de seu arquivo. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1982.
- NOBRE, G. O processo histórico de industrialização do Ceará. Fortaleza: SENAI/DR-CE, 1989.
- PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger. A história Nova. 5^a ed., São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- REDE, Marcelo. História e cultura material. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. Novos domínios da história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SCHIMMELFENG, Gisela Paschen. A participação alemã no desenvolvimento sócio-econômico do Ceará. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará - NUDOC/Stylus Comunicações, 1989. (Memória e Documentos, 2).

SOUZA, JOSÉ Bonifácio de. Associação Comercial do Ceará (1868-1968); Memória Histórica. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1968.

STUDART, Guilherme (Barão de Studart). Estrangeiros e Ceará. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, Ano XXXII, 1918.

TAKEYA, Denise Monteiro. Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995.

TEÓFILO. Rodolfo. A fome; Violação. Rio de Janeiro: J. Olympio; Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979. (Coleção Dolor Barreira; v. n. 2).

WALLERSTEIN, Immanuel. Capitalismo histórico e civilização capitalista. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.